



PF

GTED/SR/PF/AP

**ANEXO I – Termo de
Justificativas Técnicas Relevantes**

Reforma de 04(quatro) residências funcionais na cidade de Oiapoque/AP

**TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES PARA CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA REFORMA DAS QUATRO
CASAS FUNCIONAIS NA CIDADE DE OIAPOQUE AP.**



Reforma de 04(quatro) residências funcionais na cidade de Oiapoque/AP

SUMÁRIO

1. NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO	3
2. REGIME DE EXECUÇÃO	4
3. POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PELA CONTRATADA.....	5
4. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	5
5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	5
5.1. <i>Capacidade Técnico-Operacional</i>	<i>5</i>
5.2. <i>Capacidade Técnico-Profissional</i>	<i>6</i>
6. OBRIGATORIEDADE (OU FACULTATIVIDADE) DE VISTORIA	7
7. SUBCONTRATAÇÃO	7
8. SUSTENTABILIDADE.....	7



PF

GTED/SR/PF/AP

ANEXO I – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Reforma de 04(quatro) residências funcionais na cidade de Oiapoque/AP

1. NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

Em se tratando de obra de engenharia e arquitetura, que interfere diretamente nos serviços do dia a dia, ou seja, será executada em prédio habitado, a área técnica define que o parcelamento gera conflitos em prazos de execução e regiões na obra, mas como são habitações, não irá interferir diretamente nos serviços da PF naquela região.

Além disso, a Administração possui recursos escassos e a contratação de serviços em separado traz uma maior necessidade de distribuição das tarefas entre vários servidores, o que nesse momento poderia inviabilizar o serviço.

Outro ponto que merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública: Economicidade e Eficiência.

O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado, como Administração da obra e utilização de mão de obra da Administração, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado.

Quanto ao segundo, conforme já citado, atualmente não seria possível a realização e fiscalização de vários processos em separado, o que comprometeria o resultado final esperado pelos usuários. Frise-se que a contratação em separado é a regra para o legislador, porém com o intuito de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, o que no presente caso não se configura.

Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta do serviço, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração, cada vez mais escassos.



PF

GTED/SR/PF/AP

ANEXO I – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Reforma de 04(quatro) residências funcionais na cidade de Oiapoque/AP

2. REGIME DE EXECUÇÃO

Conforme explicitado nos comentários do modelo de projeto básico da AGU, quanto ao regime de execução, o mesmo deve ser feito pelo gestor:

Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

Porém, com o intuito de subsidiar o gestor, recomenda-se a adoção do regime de execução – Empreitada por Preço Global. A escolha desse regime foi baseada nas orientações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 1977/2013, trecho abaixo transcrito:

“a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras.

Além disto apesar da Lei nº 8.666, de 1993 citar no inciso II do art. 6º que classifica demolição como um serviço, entendo como muito simples esta denominação. A edificação a ser demolida se encontra cercada de outras construções que estão em funcionamento, desta forma não se trata simplesmente em derrubar paredes e limpar a área. Se faz necessário planejamento, procedimentos específicos além de atendimento à legislação (alvarás, licenças, laudos, e etc.), além de ser executada por profissional corretamente habilitado.



PF

GTED/SR/PF/AP

ANEXO I – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Reforma de 04(quatro) residências funcionais na cidade de Oiapoque/AP

Desta forma a demolição constante na presente contratação não se trata de serviço comum, mas de uma obra de engenharia.

3. POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PELA CONTRATADA

Os projetos executivos foram contratados e recebidos pela SR/PF/AP e serão disponibilizados no processo de contratação.

4. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

No que tange a técnica de execução do objeto a ser contratado não será admitida a participação de sociedades cooperativas, pois os serviços envolvidos são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, personalidade e habitualidade.

Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico a qual não tenho formação e ou competência para exprimir opinião fundamentada.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As parcelas de maior relevância são:

5.1. Capacidade Técnico-Operacional

- Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível



PF

GTED/SR/PF/AP

ANEXO I – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Reforma de 04(quatro) residências funcionais na cidade de Oiapoque/AP

em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

- As orientações para apresentação de comprovações de capacidade técnica e de atestados técnicos seguem no Projeto Básico a ser disponibilizado.

5.2. Capacidade Técnico-Profissional

- Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.
- Exigências quanto as qualificações técnicas profissionais específicas para cada profissional de área serão seguidas e elencadas pelo Projeto Básico a ser disponibilizado.
- Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins desta contratação, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.



6. OBRIGATORIEDADE (OU FACULTATIVIDADE) DE VISTORIA

A vistoria ao local onde serão cumpridas as obrigações, objeto da licitação, é facultativa, observando os regramentos previstos no Edital, **sendo de total responsabilidade da empresa contratada eventuais erros no dimensionamento da proposta pela não realização da vistoria.**

Caso a empresa licitante opte pela realização da vistoria, não se faz necessário a presença do engenheiro responsável pela obra, conforme Acórdão nº 3.040/2011-Plenário. O atestado de vistoria será expedido e assinado pelo responsável designado pelo órgão.

7. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. SUSTENTABILIDADE

Em observância a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro 2010, os projetos consideraram o uso de materiais e equipamentos que irão reduzir o impacto ambiental, tais como:

- Utilização de equipamentos de climatização mecânica com baixo consumo de energia, e serão instalados em ambientes realmente indispensáveis;
- Utilização de lâmpadas de LED e fluorescentes com alto rendimento e eficiência, e de baixo consumo de energia;
- Utilização de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis, reduzindo a necessidade de manutenção;
- Observância ao gerenciamento de resíduos à serem gerados, conforme determina a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.